



Índice

- 01** [Tribo indígena ocupa estacionamento da Assembleia Legislativa de Pernambuco](#)
- 02** [Nações indígenas de Pernambuco protestam no Centro do Recife](#)
- 03** [Reservas indígenas: deputados ameaçam obstruir votações na Câmara](#)
- 04** [Ampliação de terra indígena é marcada por ausência da Funai](#)
- 05** [Especialista da Unicamp em história indígena](#)
- 06** [Conflitos indígenas são tratados em audiência em Tacuru](#)
- 07** [Indígena tem sonho frustrado ao descobrir que reserva de vaga de concurso só existia no papel](#)
- 08** [41ª Semana do Índio](#)
- 09** [Representantes do governo visitam quilombolas das Furnas de Boa Sorte, em Corguinho](#)
- 10** [ICMBio assina termo de compromisso com quilombolas](#)
- 11** [Ação quilombola realizada na Paraíba é destaque em Portal do MDS](#)
- 12** [Quilombolas vão discutir geração de renda](#)
- 13** [Comunidade quilombola recebe visita de representantes do Governo](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 054 / 2013

Brasília, 04 de abril de 2013.

Tribo indígena ocupa estacionamento da Assembleia Legislativa de Pernambuco
SÍTIO TERRA, 03.04.2013

Índios da tribo Xurucu, grupo étnico que habita parte da Serra do Ororubá, na cidade de Pesqueira, em Pernambuco, estão participando de um protesto no Palácio Joaquim Nabuco, sede da Assembleia Legislativa do estado, no Centro do Recife. O grupo ocupou parte do estacionamento destinado aos deputados estaduais na manhã desta quarta-feira (3).

Os indígenas pedem a manutenção dos trabalhos do Instituto Chico Mendes, em Serra Pelada, no estado do Pará. A pauta de reivindicações também inclui melhores condições na educação dos índios na cidade de Pesqueira. Eles pedem que os profissionais de educação sejam especialistas em minorias e saibam da história indígena no país.

O protesto foi encarado como uma "surpresa". Não estava na pauta da Assembleia Legislativa receber parte do grupo que ocupa o Palácio Joaquim Nabuco.



Nações indígenas de Pernambuco protestam no Centro do Recife

SÍTIO UOL, 03.04.2013

Várias nações indígenas de Pernambuco começaram a se reunir em protesto na manhã desta quarta-feira (3) no Centro do Recife. A mobilização, que acontece no mês em que se comemora o Dia do Índio, passou pela Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) e reivindica políticas de educacionais voltadas para os índios.

Mais de mil índios de 13 diferentes nações do Estado caminharam por diversas ruas do Centro pacificamente carregando cartazes e maracas e entoando cânticos tradicionais. Os grupos de diversas regiões chegaram ao Recife desde a segunda-feira (1º) e acampam na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

No final da manhã os líderes do grupo participaram de uma audiência pública com 30 deputados para tratar da educação dentro das aldeias. Os índios pedem a regularização da categoria dos professores indígenas.

Segundo informações da Rádio Jornal, os índios foram até a Alepe cobrar o cumprimento do termo de ajuste de conduta assinado pelo Governo do Estado e Ministério Público que garante melhoras no sistema educacional indígena em Pernambuco.

No âmbito federal os indígenas protestam contra a PEC 215 que tramita no Congresso Nacional, que põe em risco a segurança de posse dos seus territórios.

O grupo saiu do Marco Zero, no bairro do Recife, e caminhou pelas ruas, passando pela Praça da República. No caminho, os índios chegaram a encontrar outros protestantes, estudantes da Universidade de Pernambuco (UPE) que cobram melhorias na instituição. Os integrantes das duas manifestações se encontraram em frente à Alepe, onde trocaram reverências.



Reservas indígenas: deputados ameaçam obstruir votações na Câmara
SÍTIO RURALBR, 03.04.2013

Integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ameaçam obstruir as votações na Câmara dos Deputados caso o governo não tome alguma medida para frear o poder da Fundação Nacional do Índio (Funai) em relação aos processos de demarcação de terras indígenas no país.

Na tarde desta quarta, dia 3, parlamentares da Frente, que inclui partidos como PSD, PP e PPS, disseram ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que a Funai precisa ouvir a sociedade antes de tomar a decisão de criar novas reservas indígenas. Se o diálogo com o governo não avançar, os deputados prometem dificultar as votações de interesse do governo na Câmara.

A comitiva também se reuniu com o advogado-geral da União, Luís Adams, e pediu o retorno da Portaria 303, que impõe limites à atuação da Funai, como a ampliação de áreas já demarcadas. Os parlamentares também pretendem levar o assunto à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

Na terça, dia 2, os deputados pediram agilidade no julgamento de um recurso sobre a criação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, já que a demarcação da área poderá servir de modelo para outros casos no país.



Ampliação de terra indígena é marcada por ausência da Funai

SÍTIO CLICHOJE, 03.04.2013

Lideranças políticas, comerciantes e a sociedade civil organizada de Juína (a 735 a Noroeste de Cuiabá) manifestaram-se contrários ao projeto da Fundação Nacional do Índio (Funai) de expandir em 600 mil hectares os limites da Terra Indígena Enawenê-nawê, avançando também sobre as cidades de Brasnorte e Sapezal.

O debate, promovido pela Assembleia Legislativa, deu início a um movimento pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 - em tramitação desde o ano 2000 - que transfere ao Congresso Nacional a competência exclusiva pela demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas.

Conforme o deputado estadual Dilmar Dal'Bosco, autor da audiência pública, uma manifestação em Brasília está sendo organizada para acontecer em maio.

"Não existe consulta pública quanto à ampliação dessas áreas, que é feita de forma impositiva pela Funai, sob orientação de Ongs e antropólogos que, na maioria das vezes, estão servindo a interesses internacionais. Existem muitos minérios e madeiras preciosas nessas localidades, que estão inseridas na Amazônia Legal", criticou Dilmar.

Dal'Bosco não escondeu a insatisfação com a ausência dos representantes da Funai. "A Funai se acovardou de estar presente na audiência pública. Mas uma prova de que só conseguiremos barrar este processo através de pressão junto ao Congresso Nacional. O Executivo federal não avalia as consequências econômicas e sociais decorrentes dessas desintruções", ponderou Dilmar.

A insatisfação com o órgão também foi demonstrada pelo deputado federal Nilson Leitão, que classificou a proposta de ampliação das terras indígenas como irresponsável e desumana. O tucano é autor de um requerimento para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar a atuação da Funai e do Incra na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos.

"A Assembleia Legislativa não tem legitimidade para resolver a questão indígena, mas tem legitimidade para mobilizar a classe produtora e pressionar o Governo Federal. Mas rápido que a PEC é uma canetada da presidente, um decreto presidencial regulamentando a criação de áreas indígenas", disse Leitão, que está coletando assinaturas para implantação da CPI.



Especialista da Unicamp em história indígena

SÍTIO TERRA, 03.04.2013

John era um historiador norte-americano nascido em Saint Paul (Minnesota), com mestrado (1980) e doutorado (1985) na Universidade de Chicago.

Mas John Manuel Monteiro, de ascendência portuguesa, era também ponte-pretano roxo e mantinha o site "Os Índios na História do Brasil"

A ligação com o Brasil vinha de criança. Filho de um representante da empresa 3M na América Latina, passou a infância nos EUA, na Colômbia e na região de Campinas (SP).

Acabou dominando o português e o inglês, mas o espanhol não aprendeu tão bem.

Sua especialidade era a história indígena. A tese de doutorado que defendeu daria origem ao seu mais importante livro: "Negros da Terra - Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo" (1994).

Lecionou na Universidade da Carolina do Norte, em Harvard, na Unesp e, a partir de 1994, na Unicamp, onde dirigia o IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) desde dezembro de 2012. Era muito querido por alunos e colegas, como lembra o filho Thomas.

Um amigo brincava, sobre seu bom humor, que, mesmo sendo tão inteligente, era capaz de fazer piadas bobas.

Adorava viajar. Em janeiro, foi a um congresso em Nova Orleans e viu o filho, que morava nos EUA, pela última vez.

Na terça (26), voltava para casa, em Jandira (SP), quando um táxi que vinha em sentido contrário na rodovia dos Bandeirantes perdeu o controle e acertou seu automóvel.

Morreu aos 56. Casado com a professora da USP Maria Helena Machado, deixa dois filhos. A missa do sétimo dia será hoje, às 20h30, na igreja do Calvário, em São Paulo.



Conflitos indígenas são tratados em audiência em Tacuru

SÍTIO MSNOTÍCIAS, 03.04.2013

Nesta sexta (5), a partir das 15h, acontece em Tacuru uma audiência pública, sediada na Câmara Municipal da cidade. Na oportunidade, serão debatidos a questão indígena, seus impactos e ilegalidades. Previamente, uma carreata será feita para integrar os produtores dos diversos municípios que cercam a cidade, tendo como ponto de partida a região do posto Trevo, no local de encontro entre as rodovias MS-156 e MS-295, seguindo até a Casa de Leis.

Estão confirmados na solenidade representantes das classes ruralista, empresarial e política em todas as esferas, entre eles os deputados Lídio Ledesma, Mara Caseiro, Zé Teixeira e Geraldo Rezende. Os senadores Ruben Figueiró, Waldemir Moka e Delcídio do Amaral também foram convidados ao evento.

Segundo a presidente do Sindicato Rural de Tacuru, Maria Neide Casagrande, "a participação, tanto dos produtores quanto dos cidadãos de Tacuru, é de fundamental importância para conscientizar sobre o tamanho do problema que teremos caso a Funai decida pela demarcação de terras indígenas na região". Ela fala ainda que, após conversar com os índios das aldeias em volta, escutou o seguinte depoimento: "eles não querem mais terra, querem sim assistência para o espaço que já ocupam", pontua.

Para a advogada Luana Ruiz, engajada no assunto indígena em âmbito nacional, "é unânime entre nossos representantes do Senado e da Câmara dos Deputados, assim como entre os advogados que atendem na questão indígena, além dos produtores rurais que assistem aos desmandos da Funai e amargam o sentimento da impotência, a certeza de que o Governo Federal está decidido a atender a agenda indigenista, permitindo e amparando as demarcações sem limites", afirma.

Ela ressalta também a importância da participação dos produtores em uma discussão da magnitude de uma audiência pública: "é preciso mostrarmos uma força na base. Caso contrário, assistiremos o colapso do setor produtivo".

Na última semana, a Funai publicou uma portaria do Diário Oficial da União constituindo grupo técnico para estudar a última fase da suposta terra indígena Dourados-AmambaiPeguá, atingindo sete municípios: Dourados, Fátima do Sul, Amambai, Juti, Vicentina, Naviraí e Laguna Caarapã.

Vários municípios da região do cone-sul de MS, a mais afetada com as demarcações da Funai, estão movimentando-se para combater essas ações exageradas da entidade. O senador do Estado, Ruben Figueiró compartilha da mesma opinião: "As demarcações devem ser um ato da presidente Dilma Roussef, para que o Congresso Nacional autorize. Isso é uma questão de responsabilidade do Estado", pontuou ele.



Indígena tem sonho frustrado ao descobrir que reserva de vaga de concurso só existia no papel

SÍTIO DIFUSORA1250, 03.04.2013

A índia Terena, Mirna Greff Lili, teve seu sonho frustrado ao descobrir que a reserva de vaga para concurso público, garantida por uma Lei estadual, só valia no papel. Após se inscrever no concurso para Polícia Militar, ser aprovada, classificada e passar por uma comissão que atestou sua origem indígena, ela foi informada que não iria prosseguir porque a cota não existia. Os movimentos indígenas escreveram uma carta expondo sua indignação e devem ir até a Assembleia Legislativa cobrar a eficácia da Lei.

Para a coordenadora do ponto de cultura Yokone Kopenoti, Silvana Dias de Souza Albuquerque, foi um baque saber que uma conquista da comunidade indígena que eles davam como certa, não existe na prática. Mirna foi a única aprovada nas provas de oito indígenas que se inscreveram no concurso.

"Estamos todos indignados pelo que aconteceu com a Mirna. Estávamos todos certos que tínhamos nosso direito garantido. Temos filhos que estudam e contávamos com a reserva de cota. Isso veio para nos despertar, porque estávamos felizes como uma coisa que não existia de verdade, é só no papel", ressaltou.

Para Silvana, se existe uma previsão de reserva de vaga, é preciso que o povo indígena seja contemplado, independente da quantidade de vagas oferecidas. Ela conta que a comunidade estava feliz e que uma festa tradicional Terena tinha sido organizada para comemorar a conquista.

"O edital falava claramente da cota para os índios. Ele se inscreveu, passou na prova, teve entrevista com a comissão indígena, com bancada da Funai e liderança indígena e a Mirna passou por todo esse processo. Mas quando chegou o psicotécnico ela não foi chamada", disse Silvana.

O pai de Mirna, Lisio Lili, conta que ao ver a publicação do diário oficial e não ver seu nome na relação, a filha foi atrás para saber o que tinha acontecido. "Mirna questionou o pessoal e uma funcionária virou pra ela e disse que era tudo mentira, que não tinha vaga nenhuma, muito menos para nenhum candidato indígena", declarou Lisio.

Para o Terena, criaram uma expectativa em sua filha e na comunidade como um todo, agredindo um direito garantido por Lei, o direito humano, individual previsto na Constituição Federal.

"Foi decepcionante para minha família e para toda a comunidade. Se não tinha a vaga, isso deveria estar claro. Mais uma vez vemos como estamos desamparados. Eu vivo falando pra ela, estuda que você vai ter uma oportunidade. E agora? Como é que eu explico pra ela? Digo que eu é que estava enganado?", lamenta o pai.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 054 / 2013

Brasília, 04 de abril de 2013.

O concurso trouxe claramente no edital, no item 3.6 que "o candidato negro ou índio que não realizar a inscrição conforme as normas constantes no Edital, que não comparecer a entrevista no prazo e local estabelecidos, que não receber parecer conclusivo favorável da Comissão Especial, perderá o direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos optantes do programa reserva de vagas".



41ª Semana do Índio

SÍTIO UNISITE, 03.04.2013

O Museu Histórico e Pedagógico “Índia Vanuíre”, instituição da Secretaria de Estado da Cultura, administrada em convênio com a ACAM Portinari, divulgou ontem a programação das atividades do mês de abril. O destaque é a 41ª Semana do Índio, programação especial em comemoração ao Dia do Índio, que acontecerá de 23 a 28 de abril.

De acordo com o cronograma as atividades deste mês começam hoje com o projeto “Museu e Cidadania”, que volta a ser realizado nos dias 10, 17 e 24 de abril, sempre a partir das 15 horas. Através deste projeto, o museu recebe todas as quartas-feiras o público da Clínica Dom Bosco para explorar os conteúdos do acervo e das exposições temporárias de forma acessível.

A ação tem como objetivo a inclusão social de pessoas com deficiência. Em abril, a instituição dará início a atividades recreativas reflexivas temáticas, explorando os hábitos e costumes indígenas e não indígenas, bem como suas semelhanças e diferenças, proporcionando aos participantes momentos reflexivos e descontraídos, buscando sempre a interatividade sociocultural do grupo.

No dia 5 de abril a atração será o projeto “Índio No Museu”, que será realizado das 10 às 16 horas. Como resposta ao esforço empreendido por comunidades indígenas de todo o país, no que diz respeito à preservação e transmissão de sua memória, o museu estende para além do dia 19 de abril a comemoração do Dia do Índio. O convidado do mês de abril é Edmar Adilson Dias, Krenak da T.I. Vanuíre. Durante a atividade, ele apresentará ao grupo de visitantes como era a vida dos Krenak em Resplendor (MG) e com foi a vinda deles para a T.I. Vanuíre.

Dando a sequência à programação do mês, no dia 24, das 10 às 14 horas, o museu realizará o projeto “Em Cartaz no Museu”. Para que novas gerações reconheçam a contribuição e influência de diversos grupos para a construção da sociedade brasileira, o Museu Índia Vanuíre apresenta um vídeo-documentário, seguido por um debate.

O episódio selecionado para exibição este mês é o vídeo “Quem são eles?”, da série Índios no Brasil, produzida pela Vídeo nas Aldeias. No episódio, pessoas de diferentes faixas etárias e localidades do Brasil apresentam estereótipos e ideias pré-concebidas sobre as comunidades indígenas.

Criada com o objetivo de resgatar a cultura e os costumes indígenas, a 41ª Semana do Índio será oficialmente aberta com solenidade cívico-militar no dia 23 de abril, a partir das 9 horas, na escola estadual “Índia Vanuíre”, localizada na rua Guaranis, 1,271.

Também começa no dia 23 a exposição “Harald Schultz: Fotógrafo Etnógrafo”, que reúne fotografias tiradas durante quase 30 anos pelo antropólogo Harald Schultz durante expedições por diversos grupos indígenas brasileiros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 054 / 2013

Brasília, 04 de abril de 2013.

As imagens selecionadas fazem parte de uma coleção composta por 1.127 slides do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. A exposição será montada na Praça da Bandeira e poderá ser visitada até o dia 28 de abril, das 9 às 17 horas.

Durante a Semana do Índio o público também poderá apreciar a "Exposição Temporária Escola Estadual Indígena Índia Vanuíre - Oficinas de Alimentação e Armadilhas". Será realizada, por meio da equipe composta por profissionais do museu, do MAE/USP e dos professores indígenas, a apresentação de uma exposição que consiste no trabalho educativo realizado na Escola Indígena Vanuíre. A exposição terá fotografias de crianças indígenas da T.I. Vanuíre produzindo alimentos tradicionais e armadilhas de caça e também poderá ser visitada das 9 às 17 horas, na Praça da Bandeira.

Outra atração da Semana do Índio será a exposição "Primeiros Contatos – Atrações e Pacificações do SPI". A exposição apresenta 36 fotografias do início do século XX que retratam o projeto de atração de indígenas de diversas regiões brasileiras pelos sertanistas do SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

As imagens foram selecionadas de uma coleção reunida por Darcy Ribeiro para o Museu do Índio, Funai. A exposição será montada no Museu Índia Vanuíre, na rua Coroados, 521, e poderá ser visitada das 9 às 17 horas.

Um dos pontos altos da Semana do Índio são as oficinas indígenas. A primeira atividade será a Oficina de Confecção de Adornos Corporais, que será ministrada por Priscila Damaceno, da T.I. Vanuíre, no próximo 23 de abril, às 10 e 14 horas, na Praça da Bandeira.



Representantes do governo visitam quilombolas das Furnas de Boa Sorte, em Corguinho

SÍTIO MSNEWS, 03.04.2013

Representantes do governo estadual e do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira (Iccab) visitam na próxima sexta-feira (5), às 8h30, a comunidade remanescente de quilombos das Furnas de Boa Sorte – localizada no município de Corguinho, a 120 quilômetros da Capital. O encontro visa discutir diversos assuntos de interesse dos quilombolas, dentre eles os programas de ação afirmativa, objetivando geração de renda da comunidade, onde residem aproximadamente 45 famílias.

Participam da reunião a coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul (Cppir/MS), Raimunda Luzia de Brito, da Secretaria Estadual de Governo (Segov), e a gestora de ação social da unidade de Prevenção de Combate à Discriminação, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Lecir Marques Machado.

Segundo Lecir Machado, o encontro com a comunidade é uma parceria entre a Setas, Iccab/MS e o Conerq/MS, com o objetivo de atender os quilombolas em suas reivindicações na área de assistência técnica, saúde, transportes, dentre outras atividades de interesse dos quilombolas. “Além de elaboração de projetos, de acordo com a demanda da comunidade local”, informou Lecir.

A professora Raimunda de Brito disse que o governo do Estado está investindo em ações voltadas para as comunidades quilombolas. Citou como exemplo de investimentos a entrega de casas e de patrulhas mecanizadas aos quilombolas do Estado. “A equipe de governo está sentindo que há necessidade de um contato direto e mais próximo com os nossos quilombolas. Esse contato ocorre através de nossas visitas técnicas para sabermos o que está acontecendo com eles”, comentou.

Segundo Raimunda, umas das constantes reivindicações da comunidade negra de Boa Sorte envolvem problemáticas na área da educação. “Eles têm escolas, mas faltam mais professores”, afirmou a coordenadora da Cppir.

O encontro ainda conta com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Saúde (SES), da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), da Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, representantes da Prefeitura Municipal de Corguinho e do presidente do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira, Antônio Borges dos Santos, também o secretário executivo da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul (Conerq/MS).



ICMBio assina termo de compromisso com quilombolas

SÍTIO ICMBIO, 03.04.2013

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) assinou termo de compromisso com a associação dos quilombolas da Estação Ecológica (Esec) Serra Geral do Tocantins (Ascolombolas-Rios) para regular a queima do capim dourado, a criação de gado e o cultivo de roças, assim como a manutenção das estruturas usadas pelo grupo no interior da unidade.

Localizada na região do Jalapão, a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins é a unidade de conservação (UC) de proteção integral que mais sofre com queimadas no País. Com a assinatura do acordo, a expectativa é que a ocorrência de grandes incêndios no interior da UC diminua consideravelmente.

Na semana passada, foi realizada a primeira oficina de implementação do termo de compromisso. Estiveram presentes as famílias contempladas pelo acordo e representantes de entidades ligadas à questão quilombola no estado do Tocantins.

A oficina ocorreu dias depois da reunião do Fórum Permanente de Acompanhamento da Questão Quilombola no Estado do Tocantins, promovida pelo Ministério Público Federal em Tocantins. Na ocasião, as questões relativas ao termo de compromisso foram exaustivamente debatidas.

O chefe da Esec, Áquilas Mascarenhas, e outros analistas ambientais do ICMBio deram esclarecimentos, conduziram os debates das cláusulas acordadas e fizeram a coleta de informações para o calendário produtivo e o fechamento dos termos de adesão das famílias ao acordo. Os dados subsidiarão as autorizações que serão emitidas pelo Instituto.



Ação quilombola realizada na Paraíba é destaque em Portal do MDS

SÍTIO JUSCLIP, 03.04.2013

A Paraíba é destaque no portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por causa do mutirão de busca ativa, realizado em 36 comunidades quilombolas distribuídas em mais de 20 municípios do Estado.

A ação coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH), em parceria com prefeituras e o MDS, contou com cerca de 200 profissionais e cadastrou mais 1,3 mil famílias, de acordo com dados da Secretaria.

O mutirão, realizado de 18 a 28 de março, teve início na Paraíba e será realizado em outros estados brasileiros com intuito de cadastrar famílias quilombolas no Cadastro Único, para acesso a benefícios sociais, entre eles os de transferência de renda como o Bolsa Família.

Muitas famílias quilombolas vivem em locais de difícil acesso, quase isoladas dos centros urbanos, e por falta de informação, não estão inscritas no Cadastro Único do Governo Federal e terminam perdendo benefícios que têm direito.

Trabalho de equipe – Para o sucesso da ação, no início do mês de março, a secretária Aparecida Ramos determinou que os técnicos da Secretaria capacitassem os profissionais que iam participar do mutirão com informações sobre como realizar e preencher o questionário do Cadastro Único com as famílias quilombolas.

Em paralelo, a equipe do Programa Cidadão, que também é da Sedh, iniciou as visitas às comunidades para emitir a documentação da população. “Foi um trabalho árduo, muitas vezes, as equipes tiveram dificuldades de chegar até às comunidades quilombolas, mas conseguimos vencer esta etapa e com certeza levaremos mais qualidade de vida para as pessoas que vivem nessas comunidades como é a meta do Governo do Estado”, afirmou a secretária Aparecida Ramos.



Boletim de Notícias - Edição nº 054 / 2013

Brasília, 04 de abril de 2013.

Quilombolas vão discutir geração de renda

SÍTIO INTERJORNAL, 03.04.2013

Representantes do governo estadual e do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira (Iccab) visitam amanhã (5), às 8h30min, a comunidade remanescente de quilombos das Furnas de Boa Sorte - localizada no município de Corguinho, a 120 quilômetros da Capital.

O encontro visa discutir diversos assuntos de interesse dos quilombolas, dentre eles os programas de ação afirmativa, objetivando geração de renda da comunidade, onde residem aproximadamente 45 famílias.

Participam da reunião a coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul (Cppir/MS), Raimunda Luzia de Brito, da Secretaria Estadual de Governo (Segov), e a gestora de ação social da unidade de Prevenção de Combate à Discriminação, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Lecir Marques Machado.



Comunidade quilombola recebe visita de representantes do Governo

SÍTIO CAPITALNEWS, 03.04.2013

A comunidade de quilombolas Furnas de Boa Sorte localizada em Corguinho, a 120 quilômetros de Campo Grande, receberá a visita de representantes do Governo Estadual e do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira na próxima sexta-feira (5).

De acordo com o Governo, o encontro visa discutir diversos assuntos de interesse dos quilombolas, dentre eles os programas de ação afirmativa, objetivando geração de renda da comunidade, onde residem aproximadamente 45 famílias.

Participam da reunião a coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul (Cppir/MS), Raimunda Luzia de Brito, da Secretaria Estadual de Governo (Segov), e a gestora de ação social da unidade de Prevenção de Combate à Discriminação, da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas), Lecir Marques Machado.

O encontro ainda conta com a presença de representantes da Secretaria Estadual de Saúde (SES), da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), da Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania, representantes da Prefeitura Municipal de Corguinho e do presidente do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira, Antônio Borges dos Santos, também o secretário executivo da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Mato Grosso do Sul (Conerq/MS).

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288, de 20 de julho de 2010), os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do País.